PARTE D

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO NORTE

Anúncio n.º 253/2014

Pelo presente anúncio faz-se constar, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 33.º, em conjugação com o artigo 19.º da Lei 13/2002, de 19 de fevereiro, que, no dia 16 de outubro de 2014, foi eleito Vice-Presidente da Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Norte, o licenciado Pedro Nuno Pinto Vergueiro, Juiz Desembargador deste Tribunal. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de outubro de 2014. — O Presidente do Tribunal Central Administrativo Norte, *Desembargador Nuno Filipe Morgado Teixeira Bastos.*

208169445

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho n.º 12954/2014

Por despacho do Exmo. Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, de 1 de outubro de 2014, no uso de competência delegada, foram nomeadas as Escrivãs-Auxiliares Juliana Elizabeth Pinto de Sá e Ana Rita Correia Branco Saldanha, como pessoal de apoio técnico-administrativo do Gabinete de Apoio ao Vice-Presidente e aos Membros do CSM, ao abrigo do disposto nos n.os 6 e 8, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro ex. vi artigo 19.º, n.º 7, da Lei n.º 36/2007, de 14 de agosto, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2014 inclusive.

2 de outubro de 2014. — O Juiz-Secretário, *Joel Timóteo Ramos Pereira*.

ANEXO

Sínteses Curriculares

Nome: Juliana Elizabeth Pinto de Sá

Formação Académica: Licenciatura em Técnico Superior de Justiça, pela Universidade de Aveiro; atualmente a frequentar o 4.º ano da Licenciatura da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Experiência Profissional:

Desde abril de 2013 encontra-se em comissão de serviço no Conselho Superior da Magistratura na Direção dos Serviços Administrativos e Financeiros, exercendo, a partir de janeiro de 2014, as funções de Secretariado de Apoio ao Vice-Presidente e ao Juiz Secretário.

Em 2010 ingressou na função pública pela carreira de Oficial de Justiça, tendo exercido as funções de escrivã auxiliar no 2.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Vila de Franca de Xira.

Iniciou a sua atividade profissional em 2007 numa instituição bancária, na qual desempenhou as funções de Assistente de Diretor Comercial e Assistente Comercial.

Nome: Ana Rita Correia Branco Saldanha

Formação Académica: Licenciatura em Técnico Superior de Justiça, pela Universidade de Aveiro; atualmente a frequentar o 4.º ano da Licenciatura da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Experiência Profissional:

Desempenha funções escrivã auxiliar no Gabinete de Apoio ao Vice-Presidente e ao Membros do Conselho Superior da Magistratura, desde 2 de fevereiro de 2012;

Desempenhou funções de escrivã auxiliar, no 6.º Juízo Criminal de Lisboa, entre 07 de fevereiro de 2011 e 01 de fevereiro de 2012;

Desempenhou funções de escrivã auxiliar, no 5.º Juízo Criminal de Lisboa, entre 14 de junho de 2010 e 06 de fevereiro de 2011;

Desempenhou funções de técnica superior no Departamento de Recuperação de Créditos e Contencioso de empresa portuguesa que opera no ramo das telecomunicações, entre 15-12-2006 e 13-06-2010.

208165768

PARTE E

ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS

Despacho (extrato) n.º 12955/2014

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência da conclusão do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) do INA — Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas e nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que veio salvaguardar a possibilidade de a ERSAR aplicar o RCTFP aos diplomados no Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública que se encontrassem, à data da entrada em vigor da referida lei, a concluir o curso e que a ERSAR tivesse manifestado interesse em recrutar, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a licenciada Marisa Isabel Lameiras da Silva, tendo sido colocada na 2.ª posição remuneratória e no nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única, da carreira geral de técnico superior, a qual passa a integrar o mapa de pessoal desta Entidade Reguladora, com efeitos a partir de 21 de julho de 2014.

12 de setembro de 2014. — O Presidente do Conselho de Administração, *Jaime Melo Baptista.*

208170019

Despacho (extrato) n.º 12956/2014

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência da conclusão do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) do INA — Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas e nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que veio salvaguardar a possibilidade de a ERSAR aplicar o RCTFP aos diplomados no Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública que se encontrassem, à data da entrada em vigor da referida lei, a concluir o curso e que a ERSAR tivesse manifestado interesse em recrutar, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a licenciada Margarida Marecos do Monte, tendo sido colocada na 2.ª posição remuneratória e no nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única, da carreira geral de técnico superior, a qual passa a integrar o mapa de pessoal desta Entidade Reguladora, com efeitos a partir de 17 de julho de 2014.

20 de setembro de 2014. — O Presidente do Conselho de Administração, *Jaime Melo Baptista.*

208169972